

Imigração: ACIME quer participação cívica para uma lei melhor

O alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Rui Marques, apelou esta segunda-feira ao movimento associativo para que participe na discussão pública do anteprojecto da Lei da Imigração, que termina no final do mês.

«O Governo, depois de uma avaliação detalhada, veio apresentar uma nova proposta de lei da imigração. Saúda-se, desde já, a coragem de mudar o que está mal, bem como a opção de colocar em discussão pública o anteprojecto de lei, num quadro de incentivo à participação e co-responsabilidade de todos na construção do novo modelo», escreve Rui Marques no editorial do boletim do ACIME do mês de Junho.

O alto-comissário apela à participação no debate público por parte de todas as associações de imigrantes, organizações não governamentais, sindicatos, empregadores e outros actores sociais que interagem com a questão da imigração.

Rui Marques considera que os contributos podem representar «uma mais-valia no aperfeiçoamento da nova lei e uma desejável apropriação de um enquadramento jurídico em que todos, ou pelo menos uma ampla maioria, se reveja».

O anteprojecto do Governo da Lei da Imigração, apresentado na semana passada, vai estar em debate público até ao final do mês e vai dar entrada na Assembleia da República com os contributos das associações de imigrantes e dos parceiros sociais.

O anteprojecto da Lei da Imigração prevê a atribuição de um visto de residência temporário aos estrangeiros que pretendam procurar trabalho em Portugal, desde que possuam as qualificações adequadas às bolsas de emprego anualmente fixadas.

A nova Lei da Imigração estabelece igualmente um novo regime de vistos para a imigração temporária e a concessão de Autorizações de Residências a investigadores e quadros qualificados estrangeiros.

O Governo pretende também criar um único título para todos aqueles que residem legalmente em Portugal e estabelecer um regime mais adequado para combater o tráfico de seres humanos e a imigração ilegal.

No editorial, o alto-comissário sublinha ainda que a política de imigração é para qualquer país europeu «um tema complexo, rico em contradições e cheio de inquietações», que ocupa «o topo da agenda pública e merece toda a atenção política».

Rui Marques destaca que Portugal tem ao alcance a oportunidade de dispor de «uma lei melhor, que será tanto melhor, quanto mais corresponda a um resultado de uma reflexão colectiva alargada, onde todos participem».

In *Diário Digital / Lusa*
05-06-2006 14:40:00